



**Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906/94):** “Art. 69. ... § 2º No caso de atos, notificações e decisões divulgados por meio do Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil, o prazo terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário.”

## CONSELHO SECCIONAL - PERNAMBUCO

Pernambuco, data da disponibilização: 21/07/2026

### PRESIDÊNCIA

#### EDITAL QUINTO CONSTITUCIONAL

#### EDITAL N. 002/2026

#### QUINTO CONSTITUCIONAL 2026

#### Disponibilização de Dados e Informações

A **COMISSÃO ELEITORAL DA SECCIONAL PERNAMBUCO PARA O QUINTO CONSTITUCIONAL DO TJPE 2026**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução nº 119/2026 da OAB/PE e pela Portaria Conjunta nº 002/2026 da Diretoria da OAB/PE, vem publicar um adendo ao EDITAL 001/2026, que tornou pública a abertura do processo seletivo destinado à formação de lista sêxtupla constitucional, por meio de consulta direta à advocacia, para o provimento de vaga de Desembargador(a) pelo Quinto Constitucional no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma a seguir.

#### 1. DISPONIBILIZAÇÃO DE LINK PARA AS INSCRIÇÕES:

1.1. O requerimento de inscrição deverá ser realizado exclusivamente pelo Peticionamento Eletrônico da OAB/PE, através do link: <https://www6.oab.org.br/sgd/livre/solicita/outros/protocolos/af5a1bd7-8c3f-4e6f-81d8-e29a4c0384bf>

1.2. No ato do requerimento de inscrição o(a) candidato(a) deverá obrigatoriamente anexar o Relatório de Antecedentes da OAB, o Termo de Consentimento de Dados, a sua Foto e o Currículo Vitae, recebendo automaticamente, por e-mail, o número do protocolo de seu processo de inscrição, a fim de que, dentro do prazo de inscrição, proceda à juntada do restante da documentação comprobatória exigida no Edital publicado em 07/07/2026, através do ambiente do Peticionamento Eletrônico da OAB/PE.

1.3. Caso o(a) candidato(s) não receba o número de protocolo até o dia útil seguinte ao envio do requerimento, deverá comunicar imediatamente a OAB/PE para regularização do protocolo, através do e-mail [secretariaquintoconstitucional@oabpe.org.br](mailto:secretariaquintoconstitucional@oabpe.org.br) ou do telefone 81 3424.1012, ramais 0157 ou 0167, da Secretaria da Comissão do Quinto Constitucional da OAB/PE.

1.4 O(a) candidato(a) à inscrição deverá providenciar seu cadastro, caso ainda não o possua, no serviço de Peticionamento Eletrônico da OAB, por meio do link: <https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar>

## **2. DISPONIBILIZAÇÃO DE MODELOS DE DECLARAÇÃO E TERMOS EXIGIDOS:**

2.1. Atados ao presente instrumento como ANEXO I, estão os modelos dos termos e declaração previstos nas alíneas “g”, “h”, “i” e “j” do item 3.2.1 do Edital publicado em 07/07/2026, para que o(a) candidato(a) possa instruir o seu pedido de inscrição.

Ficam mantidas todas as disposições previstas no Edital publicado em 07/07/2026, com os acréscimos deste adendo.

Recife/PE, 20 de julho de 2026.

Presidente:

**BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA**

Membros:

**ANNE CRISTINE SILVA CABRAL**

**LEONARDO SALES DE AGUIAR**

**ROBERTA NUNES DE SOUSA**

**MARCUS ANDRÉ ALMEIDA LINS**

**PABLO BISMACK OLIVEIRA LEITE**

**LÍTIO TADEU COSTA RODRIGUES DOS SANTOS**

**MATHIAS DE OLIVEIRA SANTOS**

**ANEXO 1**

### **TERMO DE COMPROMISSO DE RESPEITO ÀS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA**

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO DE RESPEITO ÀS PRERROGATIVAS DOS(AS) ADVOGADOS(AS), eu, [NOME DO(A) CANDIDATO(A)], [nacionalidade], [estado civil], advogado(a) inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional (ESTADO) - OAB/[UF], sob o nº [NÚMERO], portador(a) da Cédula de Identidade nº [NÚMERO] e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, sob o nº [NÚMERO], candidato(a) à vaga de Desembargador(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco destinada à advocacia pelo Quinto Constitucional, cujas eleições ocorrerão no ano de 2026, DECLARO e COMPROMETO-ME, sob as penas da lei, a respeitar e defender integralmente as prerrogativas dos(as) advogados(as) inscritos(as) na Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei Federal nº 8.906/1994). Por fim, DECLARO expressamente que, caso venha a exercer o cargo de Magistrado(a), não praticarei nem permitirei que se pratiquem atos que violem as prerrogativas profissionais da advocacia, zelando pelo livre exercício da profissão, pela urbanidade no tratamento com os profissionais e pela estrita observância das garantias fundamentais da função processual do(a) advogado(a).

Este Termo de Compromisso é expressão da verdade e por ele respondo integralmente.

Recife (PE), de de 2026.

---

Assinatura do(a) Requerente

## **TERMO DE COMPROMISSO DE DEFESA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E ANTINEPOTISMO**

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO DE DEFESA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E ANTINEPOTISMO, eu, [NOME DO(A) CANDIDATO(A)], [nacionalidade], [estado civil], advogado(a) inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional (ESTADO) - OAB/[UF], sob o nº [NÚMERO], portador(a) da Cédula de Identidade nº [NÚMERO] e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, sob o nº [NÚMERO], candidato(a) à vaga de Desembargador(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco destinada à advocacia pelo Quinto Constitucional, cujas eleições ocorrerão no ano de 2026, DECLARO e COMPROMETO-ME a pautar minha conduta no exercício da magistratura pelos princípios da moralidade, impessoalidade, legalidade e probidade administrativa. DECLARO expressamente que não praticarei, direta ou indiretamente, atos de nepotismo, comprometendo-me a observar estritamente os ditames da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal e os provimentos normativos aplicáveis no âmbito do Poder Judiciário.

Este Termo de Compromisso é expressão da verdade e por ele respondo integralmente.

Recife (PE), de de 2026.

---

Assinatura do(a) Requerente

## **TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

Pelo presente TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), eu, [NOME DO(A) CANDIDATO(A)], [nacionalidade], [estado civil], advogado(a) inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional (ESTADO) - OAB/[UF], sob o nº [NÚMERO], portador(a) da Cédula de Identidade nº [NÚMERO] e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, sob o nº [NÚMERO], candidato(a) à vaga de Desembargador(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco destinada à advocacia pelo Quinto Constitucional, cujas eleições ocorrerão no ano de 2026, advocacia pelo Quinto Constitucional, cujas eleições ocorrerão no ano de 2026, MANIFESTO MINHA CONCORDÂNCIA LIVRE, INFORMADA E INEQUÍVOCA com o tratamento de meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Pernambuco, na qualidade de Controladora.

**FINALIDADE DO TRATAMENTO:** O tratamento dos dados pessoais coletados no processo de inscrição destina-se exclusivamente às etapas relativas ao procedimento de formação da lista para o preenchimento da vaga de de Desembargador(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco destinada à advocacia pelo Quinto Constitucional, incluindo verificação de requisitos, instrução documental, publicidade dos atos do certame, votação e transmissão de dados aos órgãos competentes do Poder Judiciário.

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA:** Declaro ciência de que posso revogar este consentimento a qualquer tempo, mediante solicitação expressa, ressalvadas as hipóteses legalmente autorizadas para a conservação e tratamento dos dados, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Este Termo de Compromisso é expressão da verdade e por ele respondo integralmente.

Recife (PE), de de 2026.

---

Assinatura do(a) Requerente

### **AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

Pela presente AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL, eu, [NOME DO(A) CANDIDATO(A)], [nacionalidade], [estado civil], advogado(a) inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional (ESTADO) - OAB/[UF], sob o nº [NÚMERO], portador(a) da Cédula de Identidade nº [NÚMERO] e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, sob o nº [NÚMERO], candidato(a) à vaga de Desembargador(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco destinada à advocacia pelo Quinto Constitucional, cujas eleições ocorrerão no ano de 2026, AUTODECLARO-ME, sob as penas da lei, para fins de enquadramento nas políticas de ação afirmativa do certame, como de cor/raça:

☐ Preta

☐ Parda

☐ Indígena

☐ Amarela

☐ Branca

Declaro estar ciente de que as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade e de que a prestação de declaração falsa sujeitará o(a) declarante às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

Esta Autodeclaração é expressão da verdade e por ele respondo integralmente.

Recife (PE), de de 2026.

---

Assinatura do(a) Requerente